

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.293 - SP
(2019/0260543-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JESSE BEZERRA DA ROCHA
ADVOGADOS : JÚLIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR - SP128319
ALEXANDRE CADEU BERNARDES - SP125204
EVELYN LAIS RISSO - SP310158

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos pela **União Federal** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial interposto por **Jesse Bezerra da Rocha** (fls. 797/803).

Em suas razões, a parte embargante defende que deve ser suprida a omissão com o fim de aplicar o art. 85, § 11, do CPC/15, para remunerar o trabalho do advogado em grau recursal.

A parte embargada apresentou impugnação às fls. 811/815.

É o relatório.

Assiste razão à embargante.

A decisão recorrida, ao negar provimento ao agravo em recurso especial da parte ora embargada, interposto contra acórdão publicado já na vigência do novo CPC/2015, nada dispôs acerca da condenação na verba honorária recursal, devendo ser suprimida a omissão apontada pela embargante.

Assim, acolho os embargos para sanar a omissão apontada.

Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte embargada o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator